



CÂMARA DE ATIVIDADES AGROSSILVIPASTORIS
Ata da 8ª reunião, realizada em 24 de agosto de 2017

1 Em 24 de agosto de 2017, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades
2 Agrossilvipastoris (CAP), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
3 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
4 seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente suplente Thiago
5 Cavanelas Gelape, representantes da SEMAD. Representantes do poder
6 público: Juliana Pereira Cunha, da Secretaria de Estado de Agricultura,
7 Pecuária e Abastecimento (Seapa); Geraldo Vitor de Abreu, da Secretaria de
8 Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda); Letícia Capistrano Campos, da
9 Secretaria de Estado de Governo (Segov); Fernando Antônio de Souza Costa,
10 da Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais (SFA/MG) /
11 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Enio Resende de
12 Souza, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de
13 Minas Gerais (Emater); Rosa Maria Medeiros, do Instituto Brasileiro do Meio
14 Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Representantes da
15 sociedade civil: Igor Lopes Braga, da Associação Mineira de Silvicultura (AMS);
16 Carlos Alberto Santos Oliveira, Adriana Santos Nascimento Pereira, da
17 Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg);
18 Gustavo Bernardino Malacco da Silva, do Movimento Verde de Paracatu
19 (Mover); Silvério José Coelho, da Universidade Federal de Lavras (Ufla); Emílio
20 Mouchrek Filho, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas
21 Gerais (Crea-MG). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL**
22 **BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O
23 presidente Thiago Cavanelas Gelape declarou aberta a 8ª reunião da Câmara
24 de Atividades Agrossilvipastoris. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E**
25 **ASSUNTOS GERAIS.** Não houve manifestações. **4) EXAME DA ATA 7ª**
26 **REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 7ª reunião da Câmara de
27 Atividades Agrossilvipastoris, realizada em 27 de julho de 2017, com retificação
28 na linha 196: onde está escrito “uma lei integrada”, lê-se “o manejo integrado”.
29 **5) PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL: REQUISITOS E**
30 **ELEMENTOS ESSENCIAIS PARA PAUTAR A REGULARIZAÇÃO**
31 **AMBIENTAL. Apresentação: Agroicone, Agricultura, Energia e**
32 **Sustentabilidade.** Rodrigo Lima, da Agroicone, fez apresentação sobre o novo
33 Código Florestal e o Programa de Regularização Ambiental, destacando a
34 situação de implementação dos instrumentos legais em Minas Gerais e no país,
35 bem como reflexões sobre o tema. A apresentação foi disponibilizada no site da
36 SEMAD. **6) BNDES E O CÓDIGO FLORESTAL. Apresentação: Banco**
37 **Nacional do Desenvolvimento Econômico Social (BNDES).** Leonardo Nunes,

38 do BNDES, fez apresentação sobre a importância do Código Florestal para a
39 instituição, as estratégias, ações e projetos desenvolvidos para sua
40 implementação. A apresentação foi disponibilizada no site da SEMAD. **Debates**
41 **relativos às apresentações dos itens 5 e 6.** O conselheiro Enio Resende de
42 Souza cumprimentou o IEF e parabenizou os palestrantes da Agroicone e do
43 BNDES pelas apresentações, lembrou do papel da Câmara de discutir políticas
44 agrossilvopastoris e ressaltou a importância dos temas tratados nas duas
45 exposições. Ressaltou ainda a situação do CAR em Minas Gerais. “Eu queria
46 lembrar que não foi por acaso que Minas Gerais é o Estado que alcançou o
47 maior número de Cadastros Ambientais Rurais. Eu quero cumprimentar o IEF
48 por ter compartilhado com outras entidades, como a Fetaemg, a Faemg, a
49 Secretaria de Agricultura, a Emater e tantos outros aqui representados. E
50 lembrar que o PRA não é uma política de governo, apenas, é um instrumento
51 que interessa a toda a sociedade. Portanto, de novo, nós gostaríamos de
52 lembrar que o PRA não seja uma coisa engessada, criada por portaria, e que
53 reflita esse convite, essa participação dessas entidades, porque nós
54 entendemos que o PRA é uma política da sociedade. E que nós, que militamos
55 na área agrossilvopastoril e na área ambiental, tenhamos também o
56 compromisso de, junto com vocês, trazer esse olhar de quem milita na área.
57 Nós gostaríamos que se respeitasse o que está na lei, as alternativas que o
58 produtor rural tem de fazer a restauração, e que continuássemos com o bom
59 trabalho que estamos fazendo em Minas Gerais, no sentido de constituir um
60 trabalho bastante participativo.” O presidente Thiago Cavanelas Gelape reforçou
61 que esse trabalho só poderia ser feito em parceria com as entidades que estão
62 na ponta, como aquelas citadas pelo conselheiro representante da Emater.
63 Citou ainda duas iniciativas em curso no IEF voltadas para a regulamentação do
64 PRA. “Nós temos hoje produtos sendo elaborados. Acabamos de finalizar um
65 termo de referência, que foi para o nosso setor de licitação e compras. Nós
66 estamos contratando uma consultoria especializada para fazer uma minuta de
67 regulamentação do PRA no Estado de Minas Gerais, na forma de uma norma
68 mais macro, provavelmente, um decreto, que vai dar diretrizes gerais que irão
69 casar com aquelas lacunas que temos que definir na legislação federal. A
70 instância federal já colocou que o PRA vai ser regulamentado pelos Estados,
71 então nós estamos trabalhando nesse sentido. Será bastante participativo,
72 serão feitas reuniões no Estado inteiro com as instâncias responsáveis, para
73 todo mundo contribuir. No nível micro, a norma menor, portaria, resolução
74 conjunta, seria mais pormenorizado, com procedimentos, como fazer, quais
75 instrumentos iremos usar, as modalidades. Nós estamos formando um GT, que
76 vai abarcar todas as entidades que fizeram o CAR, para sentarmos e
77 discutirmos, exaustivamente, tanto para dar validade ao CAR quanto para obter
78 as contribuições de todo mundo. Até meados do ano que vem, nós queremos
79 estar com vários produtos prontos nesse sentido.” O conselheiro Gustavo
80 Bernardino Malacco da Silva reforçou a importância de que as regulamentações

81 sejam implementadas o mais rápido possível no Estado e sugeriu que o decreto
82 seja discutido nas Câmaras Técnicas do COPAM, para que esses colegiados
83 possam apresentar suas contribuições. Propôs ainda um grupo de
84 acompanhamento para discussão, internamente, com a participação dos
85 diversos setores das Câmaras, a partir do primeiro esboço da norma elaborado
86 pelo IEF. Parabenizou pelas apresentações e reforçou a importância em relação
87 à compensação de reserva legal. “É um instrumento poderoso. Ficamos
88 destacando o quanto temos de desmatamento em Minas, principalmente em
89 áreas de Cerrado, e, se já tivéssemos algum instrumento de compensação,
90 poderíamos objetivar e ter as áreas estratégicas de compensação já definidas
91 dentro do instrumento e, conseqüentemente, poderíamos diminuir a pressão
92 nessas áreas mais estratégicas e direcionar, aproveitar e atualizar com o
93 instrumento, que vai ser ótimo para a conservação.” Quanto à apresentação do
94 BNDES, o conselheiro reforçou a importância de separação entre o pequeno e o
95 médio produtor dos grandes produtores em relação, inclusive, às taxas de
96 financiamento. “Quando falamos em 2,4 milhões de hectares, são dezenas de
97 bilhões de reais jogados na economia deste país. Isso gera uma economia,
98 emprego, renda. É algo fantástico que a restauração ecológica coloca para este
99 país. Em 13 anos de investimento, ano a ano, e a meta do BNDES só
100 aumentando. Então eu queria fazer essas colocações e saber como almejam
101 trabalhar, principalmente, essa separação para atingir realmente quem tem
102 menos condição de recuperar suas áreas.” Conselheiro Emílio Mouchrek Filho:
103 “Inicialmente, parabenizar as apresentações. As perspectivas são muito boas, e
104 eu gostaria de voltar a um assunto que eu já coloquei duas vezes aqui: o PRA é
105 irreversível, e nós, da área técnica, entendemos que é altamente técnico,
106 precisa de um monitoramento não só ambiental, mas, basicamente, técnico.
107 Quando os colegas responsáveis pela plataforma do CAR estiveram aqui, nós
108 perguntamos a eles como está a conscientização do produtor rural a respeito do
109 CAR, e eles falaram que ainda era baixa. E continuamos a dúvida agora. Quem
110 anda pelo campo sabe que existem sombreamentos no CAR, inexatidões. E na
111 hora em que o PRA entrar para valer esses buracos vão aparecer, com certeza.
112 Como vamos contornar essas dificuldades, o que irá acontecer para que o CAR
113 seja realmente a verdadeira base do PRA?” Presidente Thiago Cavanelas
114 Gelape: “Como são muitas propriedades aqui em Minas, como a área é muito
115 grande, estamos pensando em fazer uma filtragem desses cadastros para
116 eliminar erros mais grossos, de sobreposições maiores, por exemplo. Isso seria
117 feito através de uma aba de ‘regularização’ na central do produtor, na página,
118 em que se consegue fazer uma filtragem automática dos erros mais grossos, o
119 que ainda não seria a análise e homologação do CAR, mas uma pré-análise
120 automática. Isso possibilitaria que o produtor passasse para a adesão ao PRA.
121 Essa adesão seria, no primeiro momento, como não houve análise, o próprio
122 produtor se responsabilizar pela informação. Ele assina o termo de
123 compromisso, e qualquer alteração posterior nós vamos verificar a análise, na

124 homologação. Mariana Lobato Megale de Souza Lima/IEF: “O governo federal
125 está pensando em rodar filtros automáticos antes da análise do CAR. Isso vai
126 ser feito para todos os Estados. Então vai ter sido realizada essa filtragem. Não
127 sabemos ainda quando irá rodar em Minas Gerais, está sendo feito um
128 cronograma dessa funcionalidade. E também para os módulos de análise Minas
129 Gerais vai criar esses filtros. Nós vamos adotar como vai ser a
130 operacionalização do módulo de análise no IEF. Nós vamos analisar os imóveis
131 acima de 4 módulos fiscais e os abaixo de 4 módulos dentro das áreas
132 prioritárias. Inicialmente, vamos rodar esses filtros automáticos e criar alertas
133 para os proprietários, para retificarem seus cadastros. Então os cadastros que
134 vão entrar no módulo de análise vão estar um pouco, teoricamente, corrigidos.
135 Então quem está na ponta já pode instruir os proprietários de que vamos gerar
136 alerta na central de comunicação, e eles vão começar a receber isso. Só não
137 sabemos ainda quando irá começar em Minas Gerais.” Sandra Mota Baldez/IEF
138 defendeu que seja garantida a gratuidade da regulamentação para os pequenos
139 produtores e os agricultores familiares, dadas as peculiaridades técnicas do
140 processo e a necessidade, muitas vezes, de contratação de consultorias. “Para
141 o produtor rural entender a complexidade da questão do geoprocessamento, de
142 uma análise de imagem de satélite, é muito difícil. E infelizmente o meio
143 ambiente evoluiu em algumas coisas, mas colocou uma questão que, em certos
144 termos, onerou a regularização, que é essa indústria de consultorias, que o
145 pequeno não tem acesso, e só mesmo com a gratuidade do serviço feito pelo
146 servidor florestal, ambiental, da Emater e de outras secretarias conveniadas é
147 que terão condição de ter acesso.” Rodrigo Lima/Agroicone: “Eu mencionei a
148 ideia da ponte ou da escada na implementação do código como um processo. O
149 produtor precisa fazer o que ele tem de fazer, seja leite, queijo, carne, soja,
150 cana. Não interessa a sua atividade, ele sabe fazer aquilo. E agora tem que
151 cumprir essa lei. Tem muita gente que acha que fez o CAR e acabou. Então a
152 comunicação é absolutamente importante. Especialmente em relação aos
153 pequenos, menores de 4 módulos, é dever do Estado. Se o Estado não cuidar
154 da regulamentação dele, dificilmente ele irá conseguir se regularizar. O sistema
155 é bom do ponto de vista da estrutura que foi criada, é operacional, tem os filtros,
156 mas é essencial esse encadeamento para que uma coisa esteja ligada a outra.
157 Mariana Lobato Megale de Souza Lima/IEF: “Quando mencionamos o Programa
158 de Regularização Ambiental para o Estado de Minas, não estamos trabalhando
159 só com a restauração e recuperação, mas também estamos levantando a
160 questão da compensação. E já está prevista, dentro do TR que está sendo
161 elaborado, a questão da regulamentação da compensação, servidão ambiental
162 e possível regulamentação de cota de reserva ambiental, com base no que o
163 governo federal ainda vai regulamentar. Para regulamentar a compensação, nós
164 temos que fazer, realmente, uma análise dos cadastros que vão entrar para a
165 base de compensação. Não tem como entrar para a compensação sem ter
166 analisado, porque a equivalência das áreas a compensar tem que ser igual à

167 que está sendo solicitada.” Presidente Thiago Cavanelas Gelape: “Nós temos
168 ainda termos de referências que tratam de capacitação e divulgação para o
169 PRA em relação à cadeia de restauração florestal, justamente para não haver
170 esse vácuo. Aproveitar essa mobilização feita com o CAR para a coisa não se
171 perder, inclusive, com a criação de cartilhas. Um terceiro produto que vamos ter
172 é uma metodologia de levantamento de oportunidades em restauração, desde a
173 produção, coleta de sementes, beneficiamento de mudas até definição de áreas
174 prioritárias onde investir esse material, onde colocar as áreas de restauração.
175 Tem o termo de referência disparado para contratação desse diagnóstico para
176 duas áreas específicas. Vamos fazer de forma piloto, mas tem capacidade para
177 ser feito para o país inteiro.” Conselheira Adriana Santos Nascimento Pereira:
178 “Primeiro, parabenizar os expositores e parabenizar o IEF pela preocupação de
179 estar firmando essas parcerias. E nós reafirmamos o interesse e o
180 comprometimento da Fetaemg na regularização dos agricultores. Nós nos
181 colocamos à disposição nessa questão do PRA. E também pensar como vão
182 ser esses filtros para os agricultores familiares, porque sabemos das
183 particularidades, principalmente daqueles ribeirinhos e vazanteiros, que estão
184 em áreas próximas de rios. A própria lei traz essa particularidade, e não sei
185 como se vai pensar isso no PRA, de ter esse cuidado de pensar esse fomento
186 estadual para os agricultores familiares, e não pensar só na questão de
187 insumos. Essa preocupação com os agricultores familiares, nós entendemos
188 também que isso é uma responsabilidade do Estado. Às vezes, achamos que o
189 agricultor tem condições, ele quer fazer, mas não tem condições nem de
190 insumos simples, como cercamento para recuperar essas reservas ou áreas de
191 APP. Então essa sensibilidade nessa questão. Também pensar nesse decreto
192 do PRA nessa questão do corte para o agricultor familiar, que tem que ser
193 diferenciado.” Conselheiro Fernando Antônio de Souza Costa: “Como o banco
194 (BNDES) avalia o risco de emprestar recursos reembolsáveis para as
195 tecnologias de recuperação ambiental que estão previstas no Plano de
196 Agricultura de Baixa Emissão de Carbono? Visto que nós temos poucos
197 projetos aprovados nessa questão de recuperação ambiental em Minas Gerais.”
198 Leonardo Nunes/BNDES: “Para o não reembolsável, nós temos dois olhares.
199 Um mais de curto prazo, que estamos tentando usar os instrumentos que o
200 banco tem hoje para novas chamadas não reembolsáveis. E esperamos fazer
201 mais chamadas não reembolsáveis em um prazo não muito longo. Mas eu acho
202 que a grande iniciativa que estamos pensando é a criação de um fundo
203 ambiental. Uma ideia seria, por exemplo, juntar uma captação externa, um
204 recurso parado que o banco tenha, com recurso de compensação de empresas
205 que geram externalidades negativas. Pode ter uma empresa que vai fazer um
206 projeto que polui aqui em Minas Gerais e ela vai dar um dinheiro para o governo
207 do Estado ou o governo federal como compensação pela externalidade negativa
208 gerada. E aí juntamos isso com uma captação externa ou recurso do banco e
209 compomos um fundo. E, a partir desse dinheiro compensatório de captação

210 externa e com o fundo do banco, consegue-se montar um fundo ambiental para
211 as chamadas não reembolsáveis. Essa é a concepção, de maneira muito
212 resumida, que nós vamos tentar estruturar de maneira perene para as
213 chamadas não reembolsáveis. Dos reembolsáveis, do olhar para os pequenos
214 produtores, por exemplo, no Pronaf Eco, a taxa é de 2,5% ao ano.
215 Considerando que a inflação vai fechar em 4% ou 4,5%, é uma taxa real
216 negativa. Para outras linhas é em torno de 5% e 5,5%, também abaixo da TJLP
217 (Taxa de Juros de Longo Prazo). São taxas definidas pelo Conselho Monetário
218 Nacional que são muito abaixo daquelas praticadas pelo mercado e têm o
219 objetivo de incentivar o produtor a fazer restauração. E junto também com o
220 cartão BNDES Agro, que pretendemos lançar, o que facilita a operação, com
221 taxa favorável para restauração. Na questão do ABC, nós estamos conversando
222 muito com a Febraban e fizemos até um workshop, em julho, exatamente sobre
223 avaliação de riscos. Não temos ainda uma resposta concreta, existe uma
224 avaliação interna de que o ABC tem problemas e por isso não roda tão bem. Um
225 dos motivos é essa questão do risco, as instituições financeiras. Tem também o
226 problema de que o ABC é muito complexo, e os agentes financeiros lá na ponta
227 têm dificuldade de vender o produto e de se interessar por esse produto. Mas o
228 que eu posso dizer é que nós estamos avaliando.” Conselheiro Silvério José
229 Coelho: “Nós estamos em um processo, na universidade, de criação de um
230 jardim botânico dentro da Universidade Federal de Lavras. No Brasil, existem
231 29, e Minas Gerais tem quatro jardins botânicos. E uma das missões do jardim
232 botânico é exatamente pesquisa e produção de mudas de espécies nativas.
233 Tem uma comissão estudando isso, e temos uma dificuldade enorme de buscar
234 mecanismos e recursos para criação desse jardim botânico em face, inclusive,
235 do engessado orçamento das universidades. A minha pergunta é se existe
236 algum caminho dentro do BNDES para que possamos buscar apoio para
237 criação do jardim botânico na Universidade Federal de Lavras?” Leonardo
238 Nunes/BNDES informou que irá consultar, dentro do BNDS, para dar uma
239 resposta, e deixou o contato. “Teria que ver se tem alguma chamada que esteja
240 acontecendo ou que venha ocorrer.” **7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA**
241 **EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 7.1) Votorantim Siderurgia S/A.**
242 **Fazenda Bom Sucesso e Riacho. Produção de carvão vegetal oriundo de**
243 **floresta plantada. Vazante e Paracatu/MG. PA 06115/2005/005/2013. Classe**
244 **5. Apresentação: Supram Noroeste.** Licença concedida por unanimidade nos
245 termos do Parecer Único, com retificação da atividade, no cabeçalho: “Produção
246 de carvão vegetal oriundo de floresta plantada. Código G-0303/4”. **8)**
247 **PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE LICENÇA DE**
248 **OPERAÇÃO CORRETIVA. 8.1) Rui Otaviano Rodrigues. Avicultura de**
249 **postura. Santo Antônio do Monte/MG. PA 06397/2008/001/2013. Classe 5.**
250 **Apresentação: Supram Alto São Francisco.** Licença concedida por
251 unanimidade nos termos do Parecer Único. **8.2) José Belmiro Monti Neto e**

252 **Outra. Avicultura de postura, formulação de rações balanceadas e de**
253 **alimentos preparados para animais. Pedralva/MG. PA 17090/2009/002/2016.**
254 **Classe 5. Apresentação: Supram Sul de Minas.** Licença concedida por
255 unanimidade nos termos do Parecer Único. **8.3) Ana Elvira Macedo Monti.**
256 **Avicultura de postura. Pedralva/MG. PA 22573/2009/003/2016. Classe 5.**
257 **Apresentação: Supram Sul de Minas. Licença concedida por unanimidade**
258 **nos termos do Parecer Único.** Licença concedida por unanimidade nos termos
259 do Parecer Único. **8.4) Mantiqueira Alimentos Ltda. Granja Santa Clara.**
260 **Avicultura de postura. Passa Quatro/MG. PA 04185/2004/001/2006. Classe**
261 **5. Apresentação: Supram Sul de Minas.** Licença concedida por unanimidade
262 nos termos do Parecer Único. **8.5) Gerda Aços Longos S/A. Fazenda**
263 **Inhacica. Produção de carvão vegetal oriunda de floresta plantada.**
264 **Diamantina/MG. PA 03072/2007/002/2013. Classe 5. Apresentação: Supram**
265 **Jequitinhonha.** Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer
266 Único, com exclusão, inclusão e alteração de condicionantes: – Aprovada a
267 exclusão da condicionante 9, conforme orientação da Supram Jequitinhonha. –
268 Aprovada nova redação para a condicionante 5, conforme proposta do
269 conselheiro Igor Lopes Braga, para alteração do prazo: “5 - Comprovar a
270 implantação de fossas sépticas com filtro anaeróbio e sumidouro
271 adequadamente dimensionadas para as áreas de estrutura que serão utilizadas
272 na operação do empreendimento. Prazo: 30 (trinta) dias antes do início da
273 operação do empreendimento.” – Aprovada nova redação para as
274 condicionantes 7 e 10, conforme orientação da Supram Jequitinhonha: “7 -
275 Apresentar estudo de dispersão atmosférica com o modelo Aermod View, a ser
276 analisado pela Gerência de Monitoramento da Qualidade do Ar e Emissões
277 (Gesar/FEAM), como base para avaliar a necessidade de um Plano de
278 Monitoramento da Qualidade do AR. Prazo: 180 dias após a publicação da
279 aprovação da Licença de Operação Corretiva.”; “10 - Apresentar proposta para
280 manutenção ou supressão dos indivíduos de pequi existentes dentro dos
281 talhões plantados com eucalipto. Prazo: 120 (cento e vinte) dias após a
282 publicação da Licença de Operação Corretiva.” – Aprovada a inclusão da
283 seguinte condicionante, conforme proposta do conselheiro Gustavo Bernardino
284 Malacco da Silva: “Apresentar programa de monitoramento de fauna silvestre, a
285 ser aprovado pela Supram Jequitinhonha, com periodicidade de monitoramento
286 a cada 2 (dois) anos, durante a vigência da licença. Prazo 120 (cento e vinte)
287 dias.” Manifestações dos conselheiros após a discussão das condicionantes.
288 Conselheiro Enio Resende de Souza: “Eu fiquei muito feliz com a proposição do
289 conselheiro Gustavo, e queria que as Suprams e todos nós passássemos a ter
290 um olhar mais individual. De fato, culturas instaladas, empreendimentos já
291 instalados têm que ter um tratamento um pouco diferente de um
292 empreendimento que vai ser instalado. Eu achei muito importante a
293 contribuição, mas lembrando que silvicultura, e, no caso, produção de carvão,

294 que periodicidade seria adequada para fazer esse monitoramento. É a mesma
295 de pastagem, de outra cultura, de outro empreendimento agrossilvopastoril?
296 Então é muito bem-vinda essa proposição, mas que também tenhamos esse
297 olhar, com pé no chão, de que cada atividade já instalada pode ter uma
298 periodicidade diferente desse monitoramento.” Conselheiro Gustavo Bernardino
299 Malacco da Silva: “Eu concordo, eu acho que nós precisamos avançar e
300 regulamentar essa questão do biótico. Como eu disse, os outros
301 monitoramentos são muito tranquilos para se definir, água, ar, solo. Agora, o
302 biótico tem uma variabilidade muito grande do tipo de empreendimento, tipo de
303 cultura, a forma. Já tem vários anos que temos falado isso para a SEMAD, que
304 precisa regulamentar isso, claramente, como cada monitoramento vai ser
305 aplicado. E o agrossilvopastoril é completamente diferente da questão da
306 energia, da questão da mineração, da questão da indústria, como já vimos na
307 discussão da DN 74. É um trabalho da SEMAD com o IEF, e em breve podemos
308 colaborar e trabalhar. Como eu disse, fator locacional é muito importante.
309 Dependendo da região, pode ter ou pode não ter. Para mim, é importante o
310 quê? Área prioritária para conservação, presença de espécies ameaçadas,
311 presença de unidades de conservação, presença de espécies migratórias. Só
312 que, para isso, precisa ter um bom levantamento. Infelizmente, boa parte dos
313 estudos que estão vindo aqui do agrossilvopastoril, do meio biótico, eu vou falar
314 com a maior franqueza: são estudos muito ruins. Eu acho que isso tem que ser
315 regulamentado também. Nós estamos com esse termo de referência da FEAM
316 de quantos anos para o meio biótico, e nem isso estão cumprindo. Nós
317 pegamos dois processos de licenciamento em audiência pública no Triângulo
318 Mineiro: é vexatório, parece que o meio biótico é a ovelha negra, tratado com o
319 mínimo do mínimo. É isso que está acontecendo, principalmente para o
320 agrossilvopastoril. Diferente de quando se pega um empreendimento minerário,
321 diferente quando se pega de energia. Eu entendo a escala, não se pode gastar
322 meio milhão como se gasta no biótico, por exemplo, na energia. Mas também
323 não se podem gastar R\$ 10.000, R\$ 5.000, que é o que nós estamos
324 assistindo.” Conselheiro Enio Resende de Souza: “Concordando plenamente
325 com o conselheiro Gustavo, esse é um tema palpitante. De fato, tem toda a
326 razão. Mas o que nós estamos discutindo aqui também na Câmara
327 Agrossilvipastoril, principalmente, e estamos com um grupo de entidades
328 trabalhando na revisão da DN 74, é que a atividade agrossilvopastoril, diferente
329 da infraestrutura, da indústria, tem um balanço ambiental. Nós não temos só
330 impacto ambiental negativo, porque tem impacto positivo. Por exemplo, uma
331 atividade agrossilvopastoril é abrigo de fauna, traz alimento para a fauna
332 silvestre. O que nós estamos discutindo aqui é que nós temos que ter um olhar
333 – estamos discutindo isso muito com a SEMAD e com outras entidades – para a
334 questão do fator locacional. Uma coisa é o empreendimento novo. Por exemplo,
335 eu vou fazer um loteamento perto de um parque ou perto de gruta, eu vou
336 arrasar com aquilo. Agora, existe lá uma fazenda que tem cem anos, antes de

337 existir a unidade de conservação. Então eu acho que é esse o olhar. O que nós
338 estamos discutindo é que não devemos cair na questão, como está sendo
339 proposto, de mudar a categoria do licenciamento. Nós temos que ir ao ponto. Se
340 o problema é fauna, vamos pedir o levantamento de fauna, rigoroso. Agora,
341 passar de Licenciamento Ambiental Simplificado com RAS para um
342 licenciamento convencional? Tem garantia de que vai ter monitoramento disso,
343 tem garantia de que isso vai ser efetivo? Acredito que não. Eu acho que o nosso
344 modelo é carimbar e, pronto, esquece a licença. Eu acho que o nosso sistema
345 tem que ter esse monitoramento. É por isso que estamos trazendo essa
346 discussão.” Conselheiro Igor Lopes Braga: “Foi uma decisão acertada mesmo
347 essa questão. E eu queria pedir aqui que, no futuro, haja uma padronização em
348 todas as Suprams. Esse é um grande problema que vimos enfrentando, porque
349 tem várias Suprams com posicionamentos distintos, criando grande insegurança
350 jurídica em Minas Gerais. Outra questão que eu queria falar é para enfatizar
351 sobre a questão da condicionante de emissões na atividade de carbonização. O
352 setor se movimentou na Câmara de Energia e Mudanças Climáticas, e um
353 estudo será feito, com base no Grupo de Trabalho entre o setor, a FEAM e
354 outras entidades, para definir a melhor metodologia para avaliar esses impactos
355 das emissões na carbonização. É um assunto que está sendo tratado dentro do
356 Estado, e eu acho que as condicionantes que vierem nos próximos processos
357 têm que estar bem alinhadas sobre o que está acontecendo também na Câmara
358 de Energia e Mudanças Climáticas, para não ter nenhuma descompensação
359 com outros empreendimentos.” **8.6) Joaquim de Moura Santiago Neto e
360 Outros. Fazenda Granja Santiago. Barragem de irrigação ou de
361 perenização para agricultura sem deslocamento de população atingida.
362 Paracatu/MG. PA 15368/2007/003/2013. Classe 5. Apresentação: Supram
363 Noroeste.** Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único,
364 com abstenção do conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva.
365 Manifestação do conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva: “Esse é um
366 estudo que eu classifico como ruim em relação ao meio biótico. Só lendo aqui,
367 no item 4.1.2, Fauna, página 7: ‘Durante as duas campanhas de levantamento
368 da fauna no empreendimento, foi possível obter o registro de 70 espécies de
369 aves, 12 espécies de mamíferos e ainda três espécies de herpetofauna. Desta
370 forma, o número total de registros na propriedade foi de 85 espécies
371 silvestres...’ Eu trabalho com aves. É uma fazenda com 5.000 hectares, com
372 quase 800 hectares de reserva legal. No fundo da minha casa, tem quase cem
373 espécies de aves. Com certeza, não é culpa do empreendedor. Ele contratou
374 alguém que apresentou esse estudo. E não é a primeira vez que estamos
375 verificando isso. Tem que ser diferencial, sim, campanhas menores. Eu sou
376 favorável, dependendo, às vezes, só uma campanha de campo, mas bem-feita.
377 O que está acontecendo é o seguinte, protocolar. Faz duas campanhas, vê que
378 o biótico é mais caro e às vezes não tem tanta cobrança, porque acaba tendo
379 um biólogo só em cada Supram. E o biólogo ter que analisar mamíferos, aves, é

380 difícil, é um aprendizado. Nós temos conhecimento de cada grupo e sabemos
381 quando um levantamento não está legal. Esse é um exemplo. E tem vários
382 desse acontecendo. Infelizmente, esses EIAs que estão vindo para o meio
383 biótico, boa parte, infelizmente, é pegar e jogar no lixo. Eu já estou começando
384 a me envolver com o Ministério Público. Ou vamos começar a acionar,
385 realmente, na Justiça. Porque não estamos tendo o retorno. Nós fazemos a
386 crítica, mostramos que está errado, que o estudo é frágil, aprovamos aqui, e
387 não muda, continuam esses estudos ruins. Se, infelizmente, alguém vendeu
388 para o empreendedor que o estudo era bom, não é. Eu consigo, tranquilamente,
389 solicitando vista a um processo, mostrar por 'a mais b', com informações
390 técnicas, o quão frágil é esse estudo. Três calangos? Se andar por aqui você
391 vai encontrar esses bichos. Em duas campanhas de campo, levantar três
392 espécies de anfíbios e serpentes? Me parece um estudo que contratou um
393 profissional para fazer tudo. Essa é a minha leitura. Diferente do
394 empreendimento da Gerdau, em que já se vê uma consistência. É baixo o
395 número, mas se vê que foi alguém. Então eu só queria deixar essa crítica, eu
396 não vou pedir vista etc., mas estou incomodado. Eu espero que a SEMAD faça
397 uma recomendação de ter mais atenção, porque senão nós temos que começar
398 a agir de outra forma. Não dá para tratar dessa forma algo tão importante, que
399 está dentro do termo da FEAM para ser feito.” **9) ENCERRAMENTO.** Em
400 seguida, não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente suplente
401 Thiago Cavanelas Gelape agradeceu a presença de todos e declarou encerrada
402 a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento
Presidente da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris